

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NO ASSENTAMENTO CONTESTADO, LAPA/PR: ALTERNATIVAS DE REPRODUÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Tatiana Cristina Guimarães Kaminski¹, Ana Paula Debastiani Vasco², Letícia da Costa e Silva³, Valdir Denardin⁴, Valter Schaffrath⁵

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a relação existente entre a reprodução socioambiental dos agricultores familiares agroecológicos do Assentamento do Contestado que faz parte do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), da Lapa, Paraná, Brasil, e suas formas de organização social. Ele é um recorte de uma pesquisa interdisciplinar realizada entre 2015 e 2017 cuja metodologia englobou: observação participante em reuniões ligadas à estrutura organizativa da Rede Ecovida e da Cooperativa Terra Livre; observação participante e etnografia das técnicas em seis mutirões realizados pela Escola Latino Americana de Agroecologia; cinco entrevistas semiestruturadas com lideranças do MST; análise documental dos planos de manejo e entrevista com os 56 agricultores certificados que vivem no Assentamento. Pôde-se observar que as formas de organização social presentes no assentamento do Contestado representam estratégias que possibilitam a reprodução de uma experiência alternativa de agricultura, nas quais a relação sociedade e natureza é complexificada.

Palavras-chave: agroecologia, movimentos sociais, desenvolvimento.

1. INTRODUÇÃO

Diante das injustiças socioambientais vivenciadas por diferentes grupos sociais do universo rural, há experiências de resistência cujas pautas se mobilizam por meio de projetos alternativos de desenvolvimento. A partir de iniciativas que se distanciam dos preceitos hegemônicos que privilegiam o lucro, agricultores familiares - sujeitos deste estudo - buscam a reprodução de seus modos de vida em que a relação sociedade e natureza se complexifica.

Este trabalho se propõe analisar a interação de aspectos dessa complexidade na medida em que pretende compreender a relação entre a reprodução socioambiental dos agricultores familiares agroecológicos do Assentamento Contestado, município da Lapa/PR, Brasil, e suas formas alternativas de organização social. Ele é um recorte de uma pesquisa interdisciplinar realizada nos anos de 2014 a 2017, cujo objetivo foi aprofundar a compreensão da inter-relação entre as alternativas e a reprodução socioambiental da agricultura familiar ecológica na Região Metropolitana de Curitiba e Litoral do Paraná.

¹ tati.kaminski@gmail.com, Universidade Federal do Paraná, Brasil.

² ana.dvasco@gmail.com, Universidade Federal do Paraná, Brasil.

³ leticia.csilva01@gmail.com, Universidade Federal do Paraná, Brasil.

⁴ valdirfd@yahoo.com.br, Universidade Federal do Paraná, Brasil.

⁵ valter.schaffrath@gmail.com, Instituto Federal do Paraná, Universidade Federal do Paraná, Brasil.

A pesquisa foi realizada no Assentamento Contestado, concebido com base na proposta da agricultura ecológica, e que reúne algumas experiências de organização social alternativa: Rede Ecovida de Certificação Participativa, Cooperativa Terra Livre e a Escola Latinoamericana de Agroecologia (ELAA). Para atender o objetivo da pesquisa tratada neste artigo, utilizou-se: observação participante em reuniões ligadas à estrutura organizativa da Rede Ecovida e da Cooperativa Terra Livre; observação participante e etnografia em mutirões realizados pela ELAA; entrevistas semi-estruturadas com lideranças; e análise documental dos planos de manejo e entrevistas com os 56 agricultores certificados.

Pôde-se observar que as diferentes formas de organização social presentes no assentamento são parte das estratégias criadas para a reprodução socioambiental das famílias na medida em que, a partir de diferentes frentes, fortalecem a proposta agroecológica como propagadora de um 'modo de vida' específico. As estratégias abarcam a certificação da produção para a comercialização de produtos ecológicos, a oferta de educação e saúde diferenciadas, isto é, voltadas para o modo de vida e saber camponês e a participação social na organização política do assentamento. Ainda, considera-se que tais organizações são formadas e dirigidas, predominantemente, por agricultores familiares, fato que sugere corroborar a legitimidade de interações que permitem a manutenção de representações simbólicas e materiais em que a natureza aparece para o agricultor familiar não como uma mercadoria, mas como parte do seu modo de viver.

2. MARCO TEÓRICO CONCEITUAL

As abordagens teórico-práticas acerca das alternativas são pautas em discussão desde que se observam formas de resistência a modelos opressores de organização social. Tais abordagens se apresentam como propostas contra-hegemônicas que disputam um modelo de desenvolvimento inclusivo, ao proporem outra relação com a natureza e que considerem valores subjetivos e simbólicos em suas ações de reprodução. As experiências alternativas contemporâneas, afirma Quijano (2005), representam um novo imaginário anticapitalista reagentes à crise ambiental deflagrada, principalmente, pelos efeitos do aprofundamento das relações capitalistas por todo o globo, se fundamentando na valorização da diversidade cultural, na autonomia, na emancipação e na reciprocidade existente na relação entre sociedade e natureza (LEFF, 2006), mesmo estando ligada de forma dinâmica às forças hegemônicas (*ibid*; QUIJANO, 2005; SOUSA SANTOS, 2002a).

Nesse sentido pensam, continuam os autores, em desenvolvimentos construídos a partir de lógicas locais, que abarcam simbolismos e valores de bem estar comunitários próprios de uma população, resgatando aspectos tradicionais (passado) ao mesmo tempo em que se relacionam rotineiramente com a sociedade englobante (presente) na busca por projetos que garantam a reprodução social de sociedades (futuro) em que se pese uma relação harmoniosa com a natureza. Nesse contexto, adicionam Ferreira (2002) e Brandenburg (2010a; 2010b), o meio rural se torna relevante por ocupar um espaço privilegiado de contato entre sociedade e natureza, e por abrigar experiências alternativas protagonizadas por agricultores familiares, cujas ações se baseiam em uma racionalidade diferenciada da hegemônica (CHAYANOV, 1974; BRANDENBURG, 2010a; 2010b; LEFF, 2006; WANDERLEY, 2004).

Se pensada a partir de uma perspectiva histórica, a agricultura familiar concebe resistências e alternativas a diferentes tipos de sociedade (LAMARCHE, 1993; CHAYANOV, 1974; WANDERLEY, 2009) e, atualmente, ao modelo de desenvolvimento vigente. Sua reprodução ao longo do tempo revela mudanças frente a contextos históricos e espaciais diferenciados, mas também, como observa Wanderley (2004; 2009; 2014), continuidades da figura do camponês. Hoje, conserva aspectos do campesinato como, por exemplo, a centralidade da família em sua forma de vida e de trabalho, os aspectos socioculturais como organizadores da vida e a consideração do balanço trabalho-consumo na definição das atividades produtivas e econômicas da família (AB

RAMOVAY, 1998; CHAYANOV, 1974; WANDERLEY, 2004, 2014). E se transforma no que, atualmente, concebe-se por agricultura familiar, podendo refletir em uma maior inserção no mercado e em características como a pluriatividade (LAMARCHE, 1993; WANDERLEY, 2004).

Mais recentemente a agroecologia tem se apresentado como uma alternativa para a agricultura familiar enquanto uma forma de resistir a expansão do projeto hegemônico no campo. A agroecologia é, conforme Altieri (2009), um campo científico trans e interdisciplinar que busca conhecimentos teóricos, metodológicos e empíricos sobre a sustentabilidade dos agroecossistemas, integrando princípios científicos de diferentes disciplinas com os saberes e a cultura dos agricultores locais. Esse campo pode ser considerado, na prática, a partir de três dimensões propostas por Sevilla-Guzmán (2006): (i) a ecológica e técnico agrônômica; (ii) a socioeconômica e cultural; e (iii) a sociopolítica. Interliga, dessa forma, diferentes dimensões dos modos de vida dos agricultores agroecológicos, por se basear em relações de reciprocidade e solidariedade em suas práticas econômicas e de sociabilidade, por buscar uma relação mais equilibrada entre homem e natureza, por promover o diálogo dos saberes, por valorizar o lugar

e buscar articular iniciativas de acesso ao mercado (ESCOBAR, 2005; SEVILLA-GUSMÁN, 2006).

Nesse contexto de emergência e valorização das questões ambientais, do reconhecimento dos limites do modelo de desenvolvimento hegemônico e do paradigma da modernidade, emergem estudos que procuram aprofundar a compreensão da inter-relação entre sociedade e natureza. Corona e Almeida (2014) propõem o conceito de reprodução socioambiental, enquanto uma categoria que possibilita verificar como os atores sociais dão continuidade às suas relações com o meio natural.

A base da noção de reprodução socioambiental está situada, colocam Corona e Almeida (2014), nas teorias sociais críticas (marxista, bourdiana, pragmática da crítica, pós-colonial e pós-desenvolvimento). Desta maneira, esse conceito vai considerar a multidimensionalidade (RAYNAUT, 1994) da reprodução, ao inter-relacionar dimensões culturais, econômicas, políticas, sociais e ambientais. Partindo do entendimento de que as características naturais de determinado lugar estão em constante interação com sociabilidades, é possível atribuir ao termo reprodução socioambiental a complexa dinâmica da relação sociedade-natureza na busca por relações sustentáveis (ESCOBAR, 2005; SOUZA SANTOS, 2002). A vista disto, ela permitirá “identificar os objetos híbridos da natureza e sociedade, na intersecção e interdependência que fazem parte da reprodução de todos os seres vivos” (CORONA e ALMEIDA, 2014, p. 34).

É preciso considerar que, para reproduzir-se socioambientalmente, agricultores familiares - neste caso específico - lançam mão de estratégias em seu contexto familiar e, comunitário. É o caso das formas organizativas presentes no Assentamento do Contestado, apresentadas a seguir.

3. METODOLOGIA

Este trabalho decorre da pesquisa coletiva realizada pela turma XI de doutorado da Linha Ruralidades e Meio Ambiente do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMAD) entre agosto de 2015 e fevereiro de 2017. Trata-se de uma proposta de pesquisa interdisciplinar na medida em que propõe o diálogo de diferentes áreas de conhecimento para o avanço da compreensão de temáticas acerca do Desenvolvimento e Meio Ambiente, especificamente no que se refere às relações entre a sociedade e a natureza contidas em experiências de reprodução social alternativas da agricultura familiar. Nesse sentido, essa pesquisa coletiva envolveu uma etapa exploratória coletiva em torno da escolha de um tema e

um universo comuns, sendo eles, respectivamente, ‘Alternatividades e a reprodução socioambiental da agricultura ecológica na RMC e LP’ e ‘Os agricultores ecológicos do Assentamento Contestado do município da Lapa-PR’⁶.

A partir da definição do tema comum de pesquisa foi realizada uma revisão bibliográfica sobre as categorias de análise Alternatividades, Agricultura Familiar e Reprodução Socioambiental. Em seguida, iniciou-se o trabalho de campo, cujo objetivo foi o de conhecer o universo de pesquisa de modo a obter uma compreensão inicial de sua história, formação, seus atores e modos de organização, como também auxiliar na delimitação e levantamento de informações iniciais concernentes às pesquisas individuais das doutorandas. Essa etapa envolveu as seguintes ferramentas coletiva de coleta de dados: a observação participante de dez reuniões ligadas à estrutura organizativa da Rede Ecovida e da Cooperativa Terra Livre; a observação participante e etnografia das técnicas em seis mutirões realizados pela ELAA; cinco entrevistas semiestruturadas com lideranças do MST; a análise documental dos planos de manejo das 56 famílias agricultoras certificadas que vivem no Assentamento; e a aplicação de um questionário coletivo com 55 famílias envolvidas com o processo de certificação da Rede Ecovida⁷.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

As organizações presentes no Assentamento Contestado foram criadas como uma estratégia que pode dar condições para a reprodução socioambiental das famílias agricultoras. É possível identificá-las como experiências alternativas que trazem em seus sistemas organizativos aspectos da singularidade das relações sociedade e natureza. Neste tópico é apresentado o universo de pesquisa investigado e em seguida são descritas organizações alternativas presentes no assentamento. A intenção é mostrar como estas são parte das estratégias de reprodução do modo de vida da agricultura familiar em que a relação sociedade e natureza se complexifica ao mesmo tempo em que não se desvincula totalmente das forças hegemônicas circundantes.

4.1 Agricultores agroecológicos do Assentamento Contestado (Lapa/PR)

⁶ Para mais informações sobre as etapas da pesquisa coletiva ver Vasco, Silva e Kaminski (2016; 2017).

⁷ Para mais informações sobre as ferramentas de pesquisa utilizadas ver Vasco, Silva e Kaminski (2017).

A área do Assentamento Contestado foi ocupada em 1999 e regularizada em 2001 em uma área que, conforme Valadão (2012), pertencia a um latifúndio já no século XIX e foi destinada, a partir de 1985, ao plantio de eucaliptos para comercializar carvão. Em função de dívidas da empresa, o MST reivindicou a destinação de suas terras à reforma agrária (*ibid*). A área total do assentamento é de 3228 hectares, sendo 1240 hectares componentes de Áreas de Proteção Ambiental (APA) (*ibid*). O solo do assentamento é predominantemente rochoso, com vegetação de ciclo curto e, em decorrência das atividades produtivas anteriores, desgastou-se especialmente pela monocultura aonde predominava a atividades extensivas com o uso de agrotóxicos (VASCO, SILVA, KAMINSKI, 2017; VALADÃO, 2012).

A dinâmica de organização do Assentamento Contestado segue a estrutura organizativa do MST, conformada em núcleos de base. São 10 núcleos compostos por 10 à 15 famílias cada (VASCO, SILVA, KAMINSKI, 2017; VALADÃO, 2012). Cada núcleo possui dois coordenadores (um homem e uma mulher), participantes de outras instâncias de organização do MST. Ainda, tanto o assentamento quanto os núcleos de base possuem setores de atividades (produção, educação, saúde, cultura) em que outros membros dos núcleos de base participam (*ibid*).

Desde o início da ocupação da área, a diretriz produtiva definida pelo MST para o Assentamento Contestado foi pautada na agroecologia. Entretanto nem todas as famílias são ecológicas. Assim, o discurso dos agricultores investigados revelou a presença de dois grupos de famílias caracterizadas em função de seu perfil produtivo: ‘os veneneiros’, formado por famílias que adotam a agricultura convencional com uso de agrotóxicos; e ‘os orgânicos’, referente às famílias envolvidas com a produção de base ecológica. Há também os casos em que um mesmo lote pode ser setorizado e comportar tanto agricultura orgânica quanto convencional, mas que por estarem em ‘transição agroecológica’ são considerados parte do grupo dos ‘orgânicos’.

Ao traçar um perfil desses agricultores ecológicos, percebe-se que são em maioria homens e adultos. Em relação às ocupações de trabalho, a maioria das pessoas dedica todo seu trabalho ao lote. Para as lideranças do assentamento, os limites identificados envolvidos na produção ecológica giram em torno do planejamento de produção, aperfeiçoamento das técnicas de produção, do acesso à insumos ecológicos e maquinários, à formas adequadas de gestão e economia, da logística para venda direta, além de considerarem importante encontrar maneiras de aumentar a escala da produção.

4.2 A Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA)

Desde 2002, práticas educativas em agroecologia integram o escopo de ações do MST no estado do Paraná visando a qualificação da formação política e técnica de seus sujeitos. Lima *et al* (2012) apresentam um estudo no qual sistematizam experiências do MST que tratam da especificidade da formação em agroecologia no estado. Atualmente, os centros e escolas de formação existentes no Paraná oferecem os cursos de Técnico em Agroecologia no Ensino Médio Integrado, Técnico em Agroecologia/Educação de Jovens e Adultos, Técnico em Agropecuária com ênfase em Agroecologia, Tecnólogo em Agroecologia, Técnico em Agroecologia com ênfase em Sistemas Agroflorestais e Técnico em Agroecologia com habilitação para a Produção de Leite.

A ELAA foi inaugurada em 2005 com o objetivo de, além de qualificação técnica, capacitar militantes da América Latina e Caribe para atuação em seus locais de origem. Para que fosse possível sua implementação, foram estabelecidas, na época, parcerias entre o governo da Venezuela e o governo do Estado do Paraná, além do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e Via Campesina (SILVA *et al.*, 2010). A ELAA gradua os estudantes como tecnólogos em agroecologia, portanto, se trata de um curso superior, e está vinculado ao Instituto Federal do Paraná (IFPR). Rezende (2017) defende que a ELAA forma “militantes-técnicos-pedagogos”, já que a atuação técnica não poderia estar separada de processos educativos emancipatórios. O componente político-pedagógico é organizado segundo propõe a pedagogia da alternância. Esta proposta foi – e é – desenvolvida no cenário de precarização da educação praticada nos espaços rurais. Gimonet (2007) argumenta que a pedagogia da alternância reconhece uma característica dinâmica nos processos de aprendizagem, uma vez que lança mão de saberes que circulam no cotidiano, os relacionam com saberes científicos, e os retomam com retorno às experiências vividas. Assim, completa Novaes (2013), que as iniciativas de educação em agroecologia do MST tem por objetivo inserir escola e universidade no contexto de lutas dos movimentos sociais, além de contribuir na criação de hábitos autogestionários e da compreensão da realidade social dentro de sua totalidade.

A ELAA já concluiu o processo de formação de três turmas. Atualmente, a quarta turma está em andamento, e conta com estudantes do Brasil, Paraguai, Bolívia, Chile, Argentina e República Dominicana. Ainda, há também o curso de Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza e Agroecologia, também em regime de alternância, com a primeira turma em curso. Na prática, a organização das atividades educativas na ELAA acontecem de forma alternada entre períodos teórico-práticos, chamados de ‘tempo-escola’ que duram cerca de 75

dias corridos na sede da ELAA; e tempos maiores, chamados de ‘tempo-comunidade’, no qual os estudantes retornam a seus locais de origem durante 90 dias. A intenção é a de que a teoria e prática acessada possa subsidiar o desenvolvimento de processos políticos e de transição agroecológica em esfera local. Para tanto, são utilizados recursos que reconhecem a necessidade do dialogismo entre as pessoas envolvidas, sejam elas educadores, estudantes, familiares, etc, no momento em que todas as origens e trajetórias dos saberes colocados por diferentes sujeitos são considerados como aportes educativos. A necessidade de um diálogo entre esses diferentes saberes se inscreve numa concepção de agroecologia que reconhece os povos do campo e da floresta como privilegiados, portadores de um saber legítimo, construído por meio de processos de tentativa e erro, seleção e aprendizagem cultural, e que lhes permite captar o potencial dos agroecossistemas onde convivem (GUHUR e TONÁ, 2012).

Diante da dinâmica que caracteriza as ações em educação no contexto dos MST, é possível perceber que um dos principais argumentos que diferenciam a proposta educativa da ELAA em relação aos demais projetos políticos-pedagógicos é o fato de disponibilizar aos estudantes não apenas os conteúdos definidos para a educação formal, mas sim a característica de incorporar a crítica socioambiental a tais conteúdos. A incorporação do diálogo de saberes nas escolas busca responder às necessidades de superação da prática hegemônica dos profissionais das ciências agrárias, comumente reprodutores de outras racionalidades que não a ambiental. Espera-se, com a prática de aproximação de saberes, que novos procedimentos técnicos e metodológicos sejam apreendidos por estudantes e educadores, na intenção de que seja possível a promoção da transição e consolidação da agroecologia.

4.3 Rede Ecovida de Agroecologia

Em função do modelo agroecológico pretendido, agricultores do assentamento Contestado começaram uma aproximação com a Rede Ecovida de Agroecologia⁸, organização credenciada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) a conceder a certificação participativa a agricultores que produzam alimentos orgânicos em conformidade com a Lei nº10.831/03. A certificação objetiva atestar a qualidade ecológica dos produtos e unidades produtivas dos associados, por meio da obtenção do selo Ecovida, permitindo o

⁸ Para informações sobre o contexto de surgimento dessa organização ver Perez-Cassarino (2012). Neste trabalho o autor descreve qual foi o objetivo inicial da formação da Rede Ecovida, o seu papel político na criação legal da certificação participativa e como isso reorganizou suas atividades e objetivos.

respeito e valorização da cultura local por meio da aproximação entre agricultores e consumidores e da articulação em Rede (REDE ECOVIDA, 2011). A Rede Ecovida congrega, de maneira descentralizada, associações, cooperativas e grupos informais de agricultores familiares, técnicos e consumidores, além de pequenas agroindústrias, comerciantes ecológicos e pessoas comprometidas com o desenvolvimento da agroecologia (COSTA E SILVA, 2012). Ela se organiza em 26 núcleos espalhados nos três Estados do Sul do país, os quais são formados por grupos de seis à 12 famílias agricultoras (REDE ECOVIDA, 2014).

Os dados levantados pela pesquisa sugere a prevalência do formato organizativo exigido pela Rede Ecovida sobre os outros existentes no assentamento. Assim, as ações em torno da certificação moldam e direcionam parte da dinâmica produtiva, comercial e social dos agricultores envolvidos. A instituição certificadora orienta a formação de grupos de agricultores com dois coordenadores cada (de preferência um homem e uma mulher) a fim de, individualmente, se reunirem uma vez por mês no lote de um dos membros a cada reunião. A reunião tem por objetivo realizar a troca de informações e a fiscalização da produção ecológica das propriedades pelos membros do grupo, e cada grupo tem autonomia sobre a forma de organizá-la. Essa fiscalização é complementada, uma vez por ano, pelo “Olhar Externo”. Trata-se da visita de grupos de outras localidades do Núcleo da Rede ao qual os grupos do assentamento fazem parte, o Maria Rosa da Anunciação, cuja intenção é fiscalizar um terço das propriedades dos membros de cada grupo de agricultores. Os documentos envolvidos nas reuniões grupais são uma lista de presença e uma ata, além do acompanhamento do preenchimento do caderno de campo, feito individualmente pelos agricultores. Esses documentos, juntamente com o plano de manejo, são exigências do MAPA para conceder a certificação. Ainda há a reunião do Núcleo Maria Rosa da Anunciação, realizada a cada dois meses, no qual comparecem os coordenadores de cada grupo para discutir questões concernentes aos temas relacionados à certificação, à entrada de novos grupos e à gestão do Núcleo.

Mesmo que a ação política da Rede Ecovida, conforme descreve Perez-Cassarino (2012), tenha inserido, de alguma forma, as demandas e a realidade dos agricultores familiares ecológicos na certificação de produtos orgânicos do país, há uma reconfiguração das formas de organização desses agricultores em torno da produção e comercialização de produtos ecológicos pela inserção de aspectos hegemônicos de controle e fiscalização em suas atividades.

Mas, também é possível verificar a influência que essa forma de organização exerce na relação dos agricultores com a natureza e na concepção de outras formas de auto-organização.

Foram observados trabalhos em mutirão em torno da produção ou infra-estrutura ecológica da comunidade no Assentamento enquanto um desdobramento das atividades proporcionadas pela Rede. Novas aprendizagens são geradas nas reuniões dos grupos e do núcleo pelo compartilhamento das experiências na produção e adequação ecológica dos estabelecimentos (biofossas, banheiros secos, cisternas etc). Muitos agricultores ecológicos do Assentamento fazem uso do calendário biodinâmico, instrumento socializado por meio das reuniões da Rede Ecovida e da Cooperativa Terra Livre.

4.4 Cooperativa Terra Livre

A Cooperativa Terra Livre foi criada em 2010 com o objetivo de viabilizar a comercialização da produção ecológica certificada pela rede Ecovida. A principal fonte de comercialização da cooperativa é o mercado institucional, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Recentemente a cooperativa começou, através de pequenas parcerias, entregar cestas de produtos agroecológicos nos municípios da Lapa e Curitiba. Também há produtos de agroindústria ainda em fase de testes (doces de frutas, picolé, mandioca e abóbora descascadas), e testes de embalagem à vácuo. Os cooperados contam com assistência técnica de três técnicos que são agricultores assentados do próprio Assentamento.

Importante mencionar que o quadro de trabalhadores da cooperativa é formado somente por agricultores e agricultoras familiares ecológicos. A Cooperativa Terra Livre é fruto da lógica com a qual se construiu o Assentamento do Contestado quando privilegiou o ideário agroecológico. Ela nasce com a proposta de comercializar os produtos orgânicos do assentamento, mas, também de coletivizar maquinário e de facilitar a troca de conhecimento, por meio da assistência técnica. A resistência contra os excessos do modelo do agronegócio, mostra as diversas alternativas que as famílias criam, tal como a Cooperativa Terra Livre, para permitir a reprodução do seu modo de vida que perpassa a singularidade da sua relação com a natureza, com a sua comunidade e a sua luta pela autonomia na produção e na comercialização sem, cada vez mais, depender de mercados e insumos externos.

Ao mesmo tempo que a Cooperativa fortalece uma relação mais recíproca entre o homem e a natureza, ela é permeada por elementos do padrão hegemônico de desenvolvimento. Pode-se constatar que a prestação de contas da Cooperativa deve seguir os padrões contábeis hegemônicos, sendo, muitas vezes, de difícil entendimento para uma parcela dos agricultores. Ademais, a Cooperativa apoia as exigências burocráticas da Rede Ecovida, distribuindo

formulários para que os agricultores possam fazer o caderno de campo. Isso demonstra a aproximação da cooperativa aos padrões hegemônicos que garantem a sua existência e a comercialização de seus produtos.

5. CONCLUSÃO

Buscou-se fazer uma análise da relação existente entre a reprodução socioambiental dos agricultores familiares agroecológicos do Assentamento do Contestado e suas formas de organização social. Após a pesquisa exploratória realizada foi possível avançar no conhecimento das organizações sociais do Assentamento como também da realidade dos agricultores agroecológicos.

Foram levantadas características principais das organizações sociais que contribuem na promoção de modos de vida que aproximam a relação entre sociedade e natureza: o projeto agroecológico do Assentamento em conformidade com as diretrizes nacionais do MST; a valorização do acesso à educação como apoio à disseminação do conhecimento agroecológico com a criação da ELAA; a estruturação da comercialização de produtos agroecológicos proporcionado pela Cooperativa Terra Livre e apoiado pela Rede Ecovida de Agroecologia; e a troca de conhecimentos e saberes ecológicos proporcionados por todas essas organizações e facilitadas pela forma de organização descentralizada do MST e da Rede Ecovida.

É preciso considerar que a constituição de tais organizações denota certo grau de autonomia das famílias envolvidas, já que as organizações são geridas por agricultores familiares que estão imbuídos numa lógica que não tende a mecanização e capitalização (maximização do lucro) dos processos organizacionais. Ao contrário da lógica da competição, tais organizações se aproximam de um processo mais cooperativo e colaborativo. Nesse sentido, a tomada de decisão coletivizada, por meio da autogestão, a divisão do lucro da cooperativa, a troca de saberes entre as organizações e as famílias agricultoras são indicativos de uma organização estratégica que favorece um processo emancipatório.

Apesar disso, é possível verificar a permanência de padrões hegemônicos nessas organizações, como exigências burocráticas, discursos produtivistas e a pressão que mercados convencionais exercem sobre os agricultores. Revela-se, assim, a relação dinâmica entre a hegemonia e a contra-hegemonia, na qual se torna fundamental o exercício de um projeto baseado em outro modelo de desenvolvimento, este, sustentável, inclusiva, e cada vez menos aderente aos padrões hegemônicos de desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

BOURDIEU, P. **Esboço de uma teoria da prática**. Portugal: Celta, 2002.

BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. de. O MST e a edificação de uma proposta de reforma agrária baseada em princípios agroecológicos. **Retratos de assentamentos**, v. 16, n.2, 2013.

BRANDENBURG, A. A colonização do mundo rural e a emergência de novos atores, **Ruris**, v. 4, n. 1, p. 167-194, mar. 2010a.

_____. Do rural tradicional ao rural socioambiental. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. XVIII, n. 2, p. 417-428, jul-dez. 2010b.

BRASIL. Lei n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 dez. 2003. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.831.htm>. Acesso em: 04 jun. 2011.

CEZIMBRA, E. N. **Desenvolvimento socioambiental do Assentamento Oito de Junho**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2013.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974 (1925)

CORONA, H. M. P. **As Multidimensões da Reprodução Social da Agricultura Familiar na Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba, 2005. 312 folhas. Tese de doutorado - Universidade Federal do Paraná.

_____, ALMEIDA, J. P. **Teorias críticas, desenvolvimento e reprodução socioambiental: limites e possibilidades**. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 29, 2014.

COSTA E SILVA, L. da. **As necessidades e fontes de informação para a comercialização de produtos agroecológicos na região metropolitana de Curitiba: um estudo de caso na Cooperafloresta**. Dissertação (Mestrado em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação) – Pós-Graduação em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

ESCOBAR, A. . **O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?**. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo L. (org). Colección Sur Sur, Buenos Aires: CLACSO, 2005. pp.133-168.

GIMONET, J. C. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAS**. Petrópolis: Vozes, 2007.

GUHUR, D. M. P.; TONÁ, N. Agroecologia. In: PEREIRA, I.; CALDART, R. S.; ALENTEJANO, P., FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LAMARCHE, H. (Coord.). **Introdução Geral**. In: _____. A agricultura familiar. 1. Comparação internacional: uma realidade multiforme. Campinas, UNICAMP, 1993.

LEFF, E. **A construção da racionalidade ambiental**. In: _____. Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza. Tradução: CABRAL, L. C. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a. p. 221-275.

_____. **Ecologia Política: uma perspectiva latino-americana**. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 27, p. 11-20, jan./jul. 2013.

_____. **O retorno da ordem simbólica**: a capitalização da natureza e as estratégias fatais do desenvolvimento sustentado. In: _____. Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza. Tradução: CABRAL, L. C. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006b. p. 121-167.

LIMA, A. C.; GUHUR, D.; TONÁ, N.; NOMA, A. K. Reflexões sobre a Educação Profissional em Agroecologia no MST: desafios dos cursos técnicos no Paraná. In RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. L. (Orgs.). **Movimentos Sociais, Trabalho Associado e Educação para além do Capital**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

MOVIMENTO SEM TERRA (MST). **Quem somos**. Disponível em: <http://www.mst.org.br/quem-somos/#full-text>>. Acesso em 20 out. 2017.

NOVAES, H. **O trabalho associado como princípio educativo e a educação escolar: notas a partir das fábricas recuperadas brasileiras e argentinas**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 54, p. 70-88, dez. 2013

PEREZ-CASSARINO, J. **A construção social de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da Rede Ecológica de Agroecologia**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

POLANYI, K. **La gran transformación**: los orígenes políticos y económicos de nuestro tiempo. Tradução de: SUÁREZ, E. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

QUIJANO, A. **Sistema alternativos de produção?** In: SOUSA SANTOS, B. de. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RAYNAUT, C. **O desenvolvimento e as lógicas da mudança**: a necessidade de uma abordagem holística. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba: Editora UFPR, n. 1, p.81-104, 1994.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA (REDE ECOVIDA). **Certificação Participativa**. 4 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.ecovida.org.br/banners-destaques/639/>>. Acesso em: 25 Jun. 2014.

REZENDE, S. **A Escola Latinoamericana de Agroecologia**. Disponível em: <<http://elaa.redelivre.org.br/sobre/>>. Acesso em: 03 out. 2017. Entrevista.

SEVILLA-GUZMAN, E. **De la sociologia rural a la agroecología**. Barcelona: Icaria, 2006.

SILVA, A.; SANTOS, A. G.; BORSATO, A. V. Agroecologia e Educação do Campo: um sonho se tornando realidade na Escola Latinoamericana de Agroecologia. In: 3º Seminário de Agroecologia do Mato Grosso do Sul. **Anais...** Corumbá, 2010.

VALADÃO, A. da C. **Transição agroecológica nos assentamentos rurais**: estratégias de resistência e produção de novidades. Tese (Doutorado em Sociologia) – Pós-Graduação em em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

VASCO, A. P. D.; COSTA e SILVA, L. da e; KAMINSKI, T. C. G. Experiências alternativas e reprodução socioambiental da agricultura familiar na região metropolitana de Curitiba e litoral do Paraná: uma pesquisa interdisciplinar em andamento. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural -SOBER, 54, 2016, Maceió. **Anais ...** Maceió: Universidade Federal do Alagoas, 2016.

_____. **Programa da pesquisa coletiva da turma XI de doutorado**: a interrelação entre as alternativas e a reprodução socioambiental e na agricultura familiar ecológica na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e no litoral do Estado do Paraná. Programa de pesquisa coletivo da Linha Ruralidades e Meio Ambiente (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento turma XI) – Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

WANDERLEY, M. de N. B. **O mundo rural como espaço de vida**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. (Série Estudos Rurais).

_____. **Agricultura familiar e campesinato**: rupturas e continuidades. Texto apresentado na aula inaugural no CPDA/UFRRJ, 2004. p. 42-61. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

_____. **O campesinato brasileiro**: uma história de resistência. RESR, v. 52, Supl. 1, p. S025-S044, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600002>. Acessado em: 15 ago. 2015.